

INFLAÇÃO E LEGITIMIDADE POLÍTICA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 27.01.1980

A contenção da inflação depende da redução relativa do volume de excedente apropriado por capitalistas e tecnoburocratas ou da diminuição dos salários dos trabalhadores. Como a segunda alternativa está hoje excluída por motivos sociais e políticos óbvios, só resta a primeira. Os preços só poderão deixar de aumentar se os lucros dos empresários ativos, os aluguéis, os juros e os dividendos dos rentistas, e os ordenados dos tecnoburocratas sofrerem uma redução relativa. Ora, a parca base de apoio político de que dispõe o Governo hoje está precisamente nas classes dominantes, que controlam a produção excedente ao consumo necessário dos trabalhadores, ou seja, na burguesia e na tecnoburocracia. Compreende-se, portanto, porque o descontrole inflacionário, que se tornou patente em 1979, é hoje não apenas um problema econômico, mas também e principalmente político.

Faz parte dos livros textos elementares de Economia a afirmação de que a inflação jamais é neutra, tendo sempre efeitos sobre a distribuição de renda, os quais são geralmente concentradores. Como consequência lógica deste fato a política econômica visando controlar a inflação deveria ter uma orientação política, na medida em que se preocuparia com seus correspondentes efeitos distributivos. A teoria econômica ortodoxa, entretanto, tem horror em falar em classes sociais, em lucros e salários. Prefere limitar-se aos agregados econômicos, como renda nacional, investimento, poupança, exportações e importações, demanda e ofertas agregadas. No plano específico da política econômica de combate à inflação, sua proposta fundamental é limitar a demanda agregada, reduzindo as despesas do governo e cortando o crédito. Os eventuais efeitos distributivos dessa política são ignorados, porque ficam por conta dos mecanismos de mercado. O mercado se encarrega do papel de intermediário entre a política antiinflacionária e seus efeitos sobre o excedente e os salários, constituindo-se assim em um véu que oculta e impersonaliza os elementos políticos da inflação.

Quando, porém, as políticas econômicas ortodoxas de combate à inflação tornam-se parcialmente ineficazes, porque o mercado deixou de ser competitivo, a única alternativa viável é o Governo agir diretamente sobre os preços. Se a inflação não decorre apenas do aquecimento da demanda agregada, mas passa a ter também causas “administrativas”, na medida que as empresas ologopolistas, as empresas estatais ou os próprios sindicatos conseguem administrar seus preços com relativa independência do mercado, não há outra alternativa para o Governo senão controlar ele também administrativamente (e não via mercado) os preços. Ora, controlar preços significa agir diretamente sobre lucros, juros, aluguéis, dividendos, ordenados e salários. O véu do mercado desaparece. O caráter político da política antiinflacionária torna-se transparente. O Governo é obrigado a optar politicamente por penalizar o excedente, os lucros dos empresários, os juros, aluguéis e dividendos dos rentistas, ou os ordenados dos tecnoburocratas. Ainda dentro do excedente, é preciso optar politicamente por penalizar ou a agricultura, ou a indústria (que tipo de indústria) ou o comércio, ou o setor financeiro. E se opção for por penalizar os trabalhadores, ainda é possível escolher que nível de especialização e empregados em que setores.

Em síntese, a inflação e a política antiinflacionária tornam-se problemas políticos na medida em que suas causas deixam de ser exclusivamente relacionadas com desequilíbrios no mercado entre a oferta e a procura apegadas, e passam a decorrer da possibilidade de certos setores se beneficiarem da elevação dos preços administrando seus próprios preços. Nesse momento não resta ao Governo outra alternativa senão deixar de confiar apenas no mercado e nas políticas ortodoxas monetárias e fiscais, que agem através da administração ou controle dos preços. O mecanismo de controle da inflação deixa então de ser o mercado e passa a ser a administração. A economia cede lugar para a política.

No Brasil as políticas econômicas ortodoxas são claramente ineficazes, dadas as profundas imperfeições do mercado. Em situações de recessão, de estagnação e inflação portanto, elas podem até ser contraproducentes, na medida em que as empresas compensam suas perdas de vendas com aumentos de margem de lucro. Nas situações de relativo equilíbrio entre a oferta e a demanda, como a atual, elas devem sempre ser complementadas pela administração direta dos preços.

A experiência de combate à inflação no período 1964-66 é geralmente apresentada como um exemplo de política monetária e fiscal que acabou reduzindo a inflação, ainda que às custas de estagnação da economia naquele período. Esta análise, entretanto, é falsa. Já naquela época foram usados com grande vigor os mecanismos administrativos de preços. Apenas não foram administrados os preços das mercadorias produzidas pelas empresas, e sim os preços da força de trabalho vendido pelos trabalhadores. Com isso reduziram-se os salários e não os lucros. E, embora os salários reais já estivessem começando a cair antes de 1964, foi a redução ainda maior dos salários o fator decisivo a limitar a pressão inflacionária. É claro que o reequilíbrio do orçamento federal, graças principalmente à elevação da carga tributária, foi também importante. Mas esta tarefa teria sido infinitamente mais difícil, senão impossível, se as empresas não pudessem compensar a elevação dos seus impostos com a redução dos salários.

Naquele momento o Governo administrou preços, tomou uma decisão política. Mas esta decisão era fácil. Derrotados em 1964, os trabalhadores estavam politicamente fracos, desorganizados. Entre 1967 e 1973 os salários continuaram a cair, mas menos acentuadamente. Chegaram a estabilizar em certos momentos. Mas os preços continuaram a cair, enquanto os lucros cresciam extraordinariamente. Isto foi possível, de um lado, porque o Governo passou também a administrar os preços das empresas, inclusive os juros cobrados pelo sistema financeiro, e, de outro lado, porque os grandes ganhos de produtividade proporcionados pelo ciclo de expansão então ocorrido permitiram que as tensões inflacionárias fossem sendo absorvidas por esses ganhos de produtividade.

Entre 1974 e 1979 procurou-se abandonar a administração dos preços e voltar às leis do mercado. Os resultados foram lastimáveis. A partir de meados do último ano, entretanto, procura-se rearticular uma política antiinflacionária baseada na administração dos preços. Mas agora não é mais possível exigir que os trabalhadores paguem a conta da política antiinflacionária, e não resta outra alternativa senão exigir das classes dominantes esse ônus. Por outro lado não é possível acelerar ainda mais a economia, e assim neutralizar as pressões inflacionárias com ganhos adicionais de produtividade. Pelo contrário, é preciso desaquecer a economia. O caráter político da inflação, e o impasse político decorrente da necessidade de penalizar exatamente às classes que ainda dão algum apoio ao governo tornam-se evidentes. Ainda mais quando esse apoio é extremamente reduzido, como uma pesquisa recente realizada pela revista

Exame (nº 192, 16 de janeiro de 1980) demonstrou. Entrevistados 687 empresários brasileiros, apenas 21,1% revelaram-se favoráveis ao partido governamental.

O aumento do ICM e do imposto de exportação, a redução das despesas governamentais, as limitações do crédito, e mesmo a redução dos subsídios, são todas políticas de desaquecimento da economia, que reduzirão lucros e salários de forma relativamente indiscriminada, através dos mecanismos de mercado. Já o tabelamento dos juros, o reforço do CIP, e o tabelamento da correção das ORTNs e da variação cambial são medidas de controle administrativo de preços, que penalizam especialmente os capitalistas, enquanto que a lei salarial atinge os tecnoburocratas. Estas medidas são coerentes como estratégia de combate à inflação, mas deverão provocar o agravamento das tensões políticas dentro do país ao nível das classes dominantes. A esperança continua a ser uma boa safra agrícola, mas é claro que isto é muito pouco para compensar a ilegitimidade política do governo, a qual só é parcialmente compensada pelo prestígio que goza o Ministro do Planejamento junto aos empresários.

É claro que existe sempre a possibilidade teórica de se procurar fazer os trabalhadores pagarem mais uma vez a conta da inflação. Quando as tensões ao nível das classes detentoras de excedente econômico começarem a se agravar, é provável que se busque novamente esta solução. Afinal isto seria mais compatível com a determinação de classe do Governo. Mas se o êxito da primeira alternativa de política econômica é discutível o êxito desta última é muito mais incerto, dada o alto grau de ilegitimidade política em que vivemos. Em um quadro dessa natureza, os capitalistas poderão ceder os anéis para ficar com os dedos. Os trabalhadores não apenas nada tem a conservar caso cedam alguma coisa, como também nem eles nem amplos setores das camadas médias consideram minimamente aceitável que isto venha a ocorrer.(27/01)